

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS SERTÃO

UNIDADE SANTANA DO IPANEMA

CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DAYSE EMANUELLE DUARTE SILVA

**VULNERABILIDADE SOCIAL E POBREZA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
ALAGOAS**

Santana do Ipanema/AL

2024

DAYSE EMANUELLE DUARTE SILVA

**VULNERABILIDADE SOCIAL E POBREZA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Lucas David Ribeiro Reis

Santana do Ipanema/AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central Divisão
de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Jone Sidney A. de Oliveira - CRB-4 – 1127

S586v Silva, Dayse Emanuelle Duarte.

Vulnerabilidade social e pobreza nos municípios do estado de Alagoas / Dayse
Emanuelle Duarte Silva. – 2025.

38 f.: il.

Orientador: Lucas David Ribeiro Reis.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas-
Bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Santana do
Ipanema, 2025.

Bibliografia: f. 32 - 38.

1. Desigualdade de Renda. 2. Transferência de Renda. 3 Pobreza. 4. Alagoas.. I.
Título.

CDU: 316.32(813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

DAYSE EMANUELLE DUARTE SILVA

VULNERABILIDADE SOCIAL E POBREZA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas. Aprovada em 21 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 LUCAS DAVID RIBEIRO REIS
Data: 28/04/2025 07:57:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador Prof. D.Sc. Lucas David Ribeiro Reis
(Universidade Federal de Alagoas – UFAL)

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 FABRICIO RIOS NASCIMENTO SANTOS
Data: 29/04/2025 16:26:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. D.Sc. Fabrício Rios Nascimento Santos
(Universidade Federal de Alagoas – UFAL)

Documento assinado digitalmente
 ALEX NASCIMENTO DOS SANTOS DE ALCANTARA
Data: 19/05/2025 10:58:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. M.Sc. Alex Nascimento Santos de Alcântara
(Universidade Federal de Alagoas – UFAL)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir que eu chegasse até aqui, por me conceder força, sabedoria e perseverança para superar os desafios e concluir esta etapa da minha vida.

Aos meus pais, Denice e Manoel, ao meu noivo, Jamerson, e a toda a minha família, por todo o incentivo, apoio e amor ao longo desta jornada.

Aos amigos que conheci, especialmente Yara, que foi um suporte durante toda essa caminhada, a amizade e o apoio dela foram essenciais.

Aos professores que fizeram parte de toda a vida acadêmica, contribuindo diretamente para a minha formação, especialmente ao meu orientador Lucas David, por me guiar e por todo o empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a contínua desigualdade de renda no estado de Alagoas. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa utilizando modelos econométricos, com dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, período marcado por mudanças significativas no contexto econômico, político e social do Brasil. O estudo oferece análises de dados históricos, que ajudam a entender como este problema evoluiu ao longo dos anos, os fatores que contribuíram e suas consequências para o desenvolvimento social e econômico. Os resultados do modelo econométrico estimado mostraram que a mortalidade infantil, a taxa de analfabetismo e o índice de Gini contribuem positivamente para a proporção de crianças vulneráveis à pobreza. Em contra partida, a renda *per capita* contribui negativamente para a proporção de crianças vulneráveis à pobreza. Nota-se ainda que entre os Censos de 1991 e 2000 houve uma piora significativa na proporção de crianças vulneráveis à pobreza. Enquanto que, para o Censo de 2010, este mostra que se teve uma melhora, quando comparado com o Censo de 1991. Os resultados revelam que apesar dos avanços em diversos aspectos, com as iniciativas governamentais, como o Programa Bolsa Família, projetos sociais e investimento direcionado em áreas estratégicas, como educação, saúde e emprego, a desigualdade de renda em Alagoas é uma realidade persistente e complexa. Seus efeitos vão além do poder aquisitivo dos indivíduos e impactam na expectativa de vida, destacando a necessidade de ações mais direcionadas e eficazes para enfrentar esses desafios.

Palavras-chave: desigualdade de renda; transferência de renda; pobreza; Alagoas.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the ongoing income inequality in the state of Alagoas. To achieve this objective, a study was conducted using econometric models, with data from the 1991, 2000 and 2010 Demographic Censuses, a period marked by significant changes in the economic, political and social context of Brazil. The study offers analyses of historical data, which help to understand how this problem has evolved over the years, the factors that contributed to it and their consequences for social and economic development. The results of the estimated econometric model showed that infant mortality, the illiteracy rate and the Gini index contribute positively to the proportion of children vulnerable to poverty. In contrast, per capita income contributes negatively to the proportion of children vulnerable to poverty. It is also noted that between the 1991 and 2000 Censuses there was a significant worsening in the proportion of children vulnerable to poverty. The 2010 Census shows an improvement compared to the 1991 Census. The results reveal that despite advances in several aspects, with government initiatives such as the Bolsa Família Program, social projects and targeted investment in strategic areas such as education, health and employment, income inequality in Alagoas is a persistent and complex reality. Its effects go beyond the purchasing power of individuals and impact life expectancy, highlighting the need for more targeted and effective actions to address these challenges.

Keywords: income inequality; income transfer; poverty; Alagoas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONTEXTO DA DESIGUALDADE DE RENDA	13
2.1	O COMBATE ÀS DESIGUALDADES DE RENDA.....	16
2.2	DESIGUALDADE EM ALAGOAS	21
3	METODOLOGIA	23
3.1	FONTE DE DADOS	24
3.2	MODELO ECONOMETRICO	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6	REFERÊNCIAS	32

1. INTRODUÇÃO

Discutir sobre a sociedade brasileira é necessário abordar sobre as diferentes questões de desigualdade e as dificuldades de sobrevivência. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, em termos de distribuição de renda. O nível de desigualdade de renda está relacionado a vários fatores, principalmente a forma de distribuição na sociedade.

A concentração de riqueza nas mãos de poucos, é um fenômeno global, mas no Brasil essa desigualdade é um problema significativo. A renda é um dos principais propulsores da atividade econômica, está diretamente relacionada à riqueza, tem efeitos intensos em vários aspectos na sociedade. Ela mede a quantidade de recursos financeiros que indivíduos, famílias, empresas e países recebem de vários meios. Como ela age pode determinar o funcionamento econômico, a desigualdade social e o bem-estar geral da população.

Ao tratar sobre a desigualdade, é essencial discutir sobre as várias proporções, deve-se reconhecer a sua complexidade e diversidade. Todas as formas de desigualdade estão estreitamente entrelaçadas. Para Medeiros et al. (2014), em relação à desigualdade de renda, ela está associada aos níveis de educação, saúde, qualidade de vida, habitação, violência, entre outros. Outro conceito que se relaciona profundamente, é a desigualdade social. Enquanto a desigualdade de renda está correlacionada com as variações nos ganhos financeiros, a desigualdade social é relativa à diferença das condições de vida dos indivíduos. É considerado um fenômeno complexo, que abrange diversas dimensões, como a desigualdade de gênero, de raça, de oportunidade, de escolaridade, de renda, entre outros.

Para Salgado (2010), a desigualdade social é um processo e cenário de diferença social e econômica. De acordo com o autor, para os sociólogos essa desigualdade manifesta-se na interação entre os sujeitos sociais em uma sociedade, como o acesso diferenciado às oportunidades, incluindo à riqueza econômica. Machado (2015) afirma que essas disparidades sociais são diferenças consistentes e duradouras de acesso a bens, recursos e oportunidades que se formam entre pessoas ou grupos sociais. Essas desigualdades podem se manifestar de várias maneiras independentemente das capacidades e desempenhos individuais e têm um impacto profundo na vida das pessoas e na estrutura organizacional de uma sociedade.

Em relação ao Brasil, Maia (2017) assegura que o país é um dos piores lugares do mundo quando o assunto é desigualdade de renda, uma vez que mais de 16 milhões de

peessoas vivem abaixo da linha da pobreza. Conforme um relatório feito pela autora, com o objetivo de retratar a desigualdade brasileira, foi possível observar que apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Essa imensa concentração de renda está ligada à existência da maioria da população que se encontra em níveis mais baixos da pirâmide socioeconômica, ou seja, brasileiros que ganham muito pouco.

O país enfrenta desafios significativos em termos de desigualdade e pobreza, já que uma parcela considerável da população vive em condições precárias, com acesso limitado a serviços básicos, que deveriam ser garantidos a todos os indivíduos residentes em um território. Maia (2017) salienta que a redução das desigualdades tem um papel fundamental em aumentar o acesso aos direitos básicos, uma maior garantia nos serviços essenciais, menores taxas de mortalidade infantil, o combate à violência e a melhoria na saúde.

No que se refere às principais causas da desigualdade no Brasil, de acordo Torres et al. (2021):

“Segundo o relatório da ONU (2010), entre as principais causas da desigualdade social no Brasil, todas decorrentes da má distribuição de renda e da política fiscal inadequada, estão: a falta de acesso à educação de qualidade; os baixos salários; e dificuldade de acesso a serviços e direitos básicos como saúde, transporte público e saneamento básico” (TORRES et al, 2021, p. 165).

Essas condições de desigualdades influenciam diretamente o formato de uma nação, que sofre mudanças significativas, e consequentemente dão origem a um debate acerca de como isso reflete na vida das pessoas e como buscar meios para reduzi-las. Para Maia (2017), uma sociedade igualitária não se limita apenas a oferecer oportunidades iguais aos seus cidadãos, mas também se preocupa em reduzir as desigualdades de condições de vida em sua população. Assim, atingir a igualdade em um sistema econômico que é naturalmente desigual é um desafio significativo, devido às várias condições estruturais e dinâmicas econômicas.

Os reflexos da desigualdade de forma geral são extensos, principalmente pela questão de a desigualdade ser um problema enraizado no país. Desde a época da colonização, grande parte da população é excluída do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania, o que justifica a situação atual de instabilidade de renda. Entender as situações de todo o processo histórico das desigualdades no país é fundamental para o desenvolvimento de

métodos eficazes de redução e melhoria das oportunidades (SCALON, 2011). Segundo Barros et al. (2000), a desigualdade, em especial a desigualdade de renda, faz parte da história brasileira, sendo classificada como coisa natural. O padrão de renda desigual no Brasil é um desafio complexo que tem raízes históricas profundas e estruturais.

Nesse pensamento, em relação à desigualdade social, Torres et al. (2021), afirmam que:

“(...) a desigualdade social observada é herança do modelo de relação estabelecido desde o Período Colonial, ligado ao padrão de posse de latifúndios e à escravidão. Tais fatores se desdobram em um tipo de sociedade bastante desigual, especialmente em seus aspectos social e econômico” (TORRES et al, 2021, p. 165).

Desse modo, o processo histórico de urbanização e industrialização no Brasil teve um impacto excessivo na desigualdade social, que engloba as diferenças entre as camadas mais ricas e mais pobres da população. A concentração de riqueza e poder, a infraestrutura precária, o aumento da desigualdade de renda e a exclusão social são algumas das consequências desse processo.

A desigualdade é uma questão relevante em todo o Brasil, mas é particularmente acentuada na região Nordeste. Parte do subdesenvolvimento dessa região está relacionada com o próprio processo de formação territorial que alguns estados nordestinos sofreram ao longo da história (SILVA, 2020). A região se destaca devido a concentração de riqueza, renda, poder e grande dependência dos programas de transferência de renda, os quais têm dado um pouco de dignidade a milhares de famílias que sofrem com este problema.

Se tratando de Alagoas, um dos estados mais pobres e desiguais do país, apresenta-se um cenário desafiador. De acordo com Teixeira (2020), em 2010 o estado ocupava a segunda maior taxa de pobreza do Nordeste, com 34,3%, ficando atrás apenas do Maranhão que possuía 39,5%. Vale ressaltar que o impacto da renda *per capita*, da taxa de analfabetismo, entre outros fatores, têm grande influência na indicação da pobreza.

Em relação à formação de Alagoas, Silva (2023) relata que a história política e econômica do estado, assim como de outras unidades federativas do Nordeste, sempre foi marcada pelo domínio das oligarquias agrárias. Essas oligarquias, formadas por grandes proprietários de terra, desempenhavam um controle significativo sobre a política e a economia da região.

O Estado lidera a relação das piores unidades territoriais do Brasil, quando o tema é qualidade de vida. A desigualdade é um dos problemas estruturais mais desafiadores que os alagoanos enfrentam. Conforme uma matéria publicada no Jornal “A Verdade”, intitulada de “A realidade de Alagoas por trás dos números”, a economia do estado desde sua origem tem sido baseada na monocultura da cana-de-açúcar, e depende de recursos oriundos da União, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A falta de investimento em grandes obras para o desenvolvimento de indústrias e a ausência de uma reforma agrária efetiva para lidar com a alta concentração de terras são desafios importantes que influenciam diversos aspectos do desenvolvimento local.

Levando em conta a análise dos indicadores socioeconômicos, a importância do tema e a necessidade de discussão, a pesquisa tem o objetivo de analisar a contínua desigualdade de renda no estado de Alagoas. Com isso, é fundamental analisar as dimensões dessa desigualdade, que vai além dos números, abrangendo as esferas sociais, econômicas, políticas e históricas, um assunto indispensável no estudo socioeconômico.

Desta forma, com a investigação da desigualdade no território alagoano, será possível entender como as dificuldades se manifestam em um local caracterizado por indicadores sociais extremos, como altos índices de pobreza. O estudo é fundamental para o debate acadêmico, ao trazer novos pensamentos, informações, enriquecendo a literatura sobre a desigualdade regional. Sendo assim, é um tema considerável para a compreensão da sociedade, uma vez que se manifesta de inúmeras maneiras, resultado de diferentes causas e tem consequências abundantes. As análises sobre a desigualdade de renda são fundamentais para o entendimento de como elas impactam na sociedade e como políticas públicas podem ser implementadas para promover uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades, em que os indivíduos possam viver uma vida digna.

2. CONTEXTO DA DESIGUALDADE DE RENDA

Com a finalidade de compreender melhor a questão a ser estudada, o capítulo apresenta diferentes interpretações sobre a desigualdade de renda, os fatores determinantes, como se dá distribuição e alguns indicadores utilizados para analisar essa desigualdade. Isso

servirá como base para firmar as variáveis selecionadas e a metodologia escolhida para o estudo.

Scalon (2011) afirma que a desigualdade é uma característica marcante da sociedade brasileira e é descrita como um fenômeno multidimensional, transversal e durável. A desigualdade é um assunto que pode englobar vários componentes, como a desigualdade de renda, social, de gênero, racial e regional. Para Silva (2020), a concepção de desigualdade não se limita a um único elemento, ela carrega várias concepções, sendo capaz de ser relacionada com a desigualdade cultural, intelectual e a desigualdade de renda, que é a mais utilizada para entender as mudanças do poder de compra que as pessoas detêm.

Schwarcz (2019) estabelece que a questão da desigualdade seja bastante enraizada entre a população. É apresentada a partir de várias formas, como em relação a atividade econômica, a renda, a falta de oportunidades, a questão racial, acerca da região, assim como no que diz respeito ao gênero. Este fato faz parte do cotidiano e está presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer e pode existir em várias formas e níveis.

A problemática sobre a desigualdade de renda coloca as questões sociais em evidência, ocasionando vários impactos negativos, como a concentração de renda, influenciada por elementos históricos, sociais e pela falta de investimentos em políticas públicas, o que conseqüentemente afeta várias proporções na sociedade. Isso reforça a importância de construir medidas governamentais específicas para garantir a preservação do padrão de vida.

Conforme Medeiros (2012), os conceitos "distribuição de renda" e "desigualdade de renda" despertam ideias muito semelhantes, e é importante reconhecer a diferença entre eles. A distribuição de renda é o instrumento de estudo que descreve como a renda está distribuída em uma sociedade, enquanto a desigualdade de renda é uma característica dessa distribuição, que calcula as diferentes categorias sociais em termos de renda.

Existem várias formas de medir a desigualdade de renda em uma determinada população. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2006), uma medida de desigualdade de renda é uma maneira estatística de associar diferenças de renda de milhões de pessoas em um único indicador. Como o coeficiente de Gini, que é o parâmetro de desigualdade de renda mais utilizado, que calcula o grau de disparidades na distribuição de

rendimentos dentro de uma determinada sociedade. Medeiros (2012) destaca que medir os níveis de desigualdade de renda tornou-se fundamental, não apenas para entender a dimensão das diferenças entre os grupos sociais, mas também para determinar metas eficazes para combatê-las.

A preocupação dos economistas e outros estudiosos com a desigualdade não é um fenômeno recente. Desde os primórdios, pensadores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, têm debatido e teorizado sobre as origens, efeitos e formas de lidar com a desigualdade (CASTRO, 2006). Assim, suas contribuições não ajudaram apenas a delinear o campo da economia, mas também influenciaram políticas e debates sobre como enfrentar a desigualdade em diferentes sociedades.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, com o aparecimento dos direitos sociais, começou-se a mensurar a desigualdade econômica no Brasil. Conforme relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), sobre a concentração de renda e os efeitos da inflação dos preços, a desigualdade econômica é considerada um dos principais empecilhos em relação ao desenvolvimento social no país desde 1960. Também destacam que a desigualdade econômica é um dos grandes desafios que dificultam a melhoria social de um território. E o crescimento da economia é considerado como único meio eficiente de resolver os entraves que impactam a sociedade, ele desempenha um papel considerável na melhoria das condições de vida da população (SIQUEIRA; JUNIOR, 2023).

A desigualdade, em suas particularidades e dimensões, indica uma situação em que alguns têm recursos numerosos, enquanto outros, lutam para atender às suas necessidades básicas. O poder aquisitivo das classes sociais mais altas resulta em um desequilíbrio significativo de poder na sociedade, afetando diretamente o acesso e a qualidade dos serviços essenciais para as classes mais pobres. Para Castro (2006), não importa a maneira como a desigualdade seja conceituada e definida, esta aponta um modelo de distribuição de recursos que pode ser considerado profundamente injusto.

A desigualdade é uma construção social, não uma ocorrência comum, depende de situações, que por vezes, resulta de decisões feitas politicamente. Em cada local, a desigualdade se manifesta de várias maneiras, bem como seu surgimento. Scalon (2011) salienta que esclarecer a existência e a intensificação da desigualdade é um desafio. Vale

destacar que, apesar de ser um obstáculo complexo, identificar e abordar a desigualdade é fundamental para criar uma sociedade mais justa e solidária.

Segundo Maia (2017), a maneira como o Estado arrecada e distribui recursos, a forma que cuida das pessoas atualmente e prepara os cidadãos para o futuro, desempenha um papel fundamental na redução ou agravamento das desigualdades. Nesse mesmo sentido, Scalon (2011) enfatiza que a desigualdade é um problema político, por isso, é essencial identificar a estreita relação entre democracia, justiça social e igualdade de oportunidades.

Um estudo do IPEA (2006), o qual foi debatido por vários especialistas nacionais e internacionais, analisou uma queda da desigualdade de renda no Brasil, com ênfase no período de 2001 a 2004, quando foi observado uma melhora na desigualdade. De acordo com a pesquisa, em relação à desigualdade de renda familiar *per capita*, houve uma queda, alcançando seu menor grau nos últimos trinta anos. Porém, mesmo com estas reduções, o país ainda é um dos mais desiguais do mundo.

2.1 O COMBATE ÀS DESIGUALDADES DE RENDA

Para Barros, Mendonça e Duarte (1997), a distribuição dos recursos disponíveis em uma sociedade determina o nível de bem-estar da população. Entre os diversos tipos de recursos disponíveis, destaca-se a renda. Em razão de a renda desempenhar um papel significativo, tem relação direta no acesso às necessidades básicas, nas oportunidades educacionais e profissionais, na qualidade de vida e na participação na sociedade.

O estudo da distribuição de renda é um meio relevante para compreender, avaliar e combater a desigualdade existente em uma sociedade. Ao analisar como a renda está distribuída entre as pessoas, pode-se identificar diferenças, entender as causas da desigualdade, investigar a atuação de cada origem da renda para compreender como cada uma age ao longo do tempo e conduzir políticas públicas para proporcionar uma distribuição mais justa da riqueza. Isso não só ajuda a criar um ambiente mais igualitário, mas também contribui para o progresso social e econômico como um todo.

Hoffmann (2019) ressalta que a distribuição de renda se refere à maneira como o valor total de todos os bens e serviços produzidos, é repartido entre os indivíduos de uma

sociedade. Isso significa a forma como as riquezas e os bens socialmente produzidos entre os indivíduos e as diferentes camadas da população são repartidos. Segundo o IPEA (2006), existem várias distribuições de renda, como a distribuição dos trabalhadores, de acordo com o salário que recebem pelo o seu trabalho, e a distribuição das famílias, conforme a renda familiar total. Essas distribuições estão relacionadas a um grau de desigualdade de renda.

O crescimento econômico que é aumento da capacidade produtiva de uma nação, tem uma relação direta com a repartição da renda em um país. É um elemento essencial para a prosperidade de uma sociedade, beneficia diretamente as pessoas ao elevar seu padrão de vida e proporciona mais oportunidades para ganhar a renda, com a criação de mais empregos, o aumento dos salários, a ampliação dos setores econômicos, avanço tecnológico, o crescimento da demanda por produtos e serviços e melhores condições de trabalho.

Conforme Schwarz (2019), as questões sobre como se dá a distribuição de renda entre os proprietários dos fatores econômicos de produção, terra, capital e trabalho, é motivo de discussão na Teoria Econômica desde os seus primórdios. As várias teorias e abordagens retratam a complexidade da distribuição de renda e como ela é afetada por uma diversidade de fatores, englobando a produtividade, o poder de mercado e políticas públicas. Esse debate continua sendo relevante, principalmente perante os desafios de desigualdade econômica que muitas sociedades vivenciam.

Piketty (2013) afirma que é impossível chegar a uma compreensão satisfatória do problema de distribuição sem analisá-la em conjunto. Assim, o autor destaca que ela é consequência de vários fatores econômicos e políticos sociais, e a relação desses fatores indica como os meios econômicos são compartilhados no meio social.

Muitos economistas defendem a intervenção governamental para promover uma melhor distribuição de renda. Custódio (2017) aponta que existem várias maneiras pelas quais o Governo pode implementar políticas para atingir esse objetivo, incluindo políticas relacionadas à renda do trabalho ou programas de bem-estar social, como o PBF.

Segundo Silva et al. (2017), a convivência social necessita de instrumentos que protejam os direitos individuais e possibilitem uma boa relação entre as pessoas. Os autores também destacam que o Estado está baseado em valores de coesão social e proteção de direitos pessoais e coletivos, como a propriedade privada surgindo o conceito de um Estado vinculado com o bem-estar social, satisfazendo a população por meio das políticas públicas,

que buscam tratar com isonomia, ou seja, lidar com os iguais e os desiguais de maneira justa. Essas iniciativas governamentais compõem a forma pelo qual o governo executa suas ações.

A Constituição de 1988 determina importantes normas para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária no Brasil. Seus objetivos e princípios fundamentais conduzem a ação do Estado e da sociedade na busca por um país onde todos tenham acesso aos direitos básicos e oportunidades de maneira equilibrada. Estão entre os objetivos: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a redução das desigualdades sociais e regionais; a erradicação da pobreza, da marginalização e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Essa Constituição representou um marco importante na história do Brasil, especialmente no que diz respeito à redução das desigualdades sociais e à consolidação de programas governamentais inclusivos. Foi um ponto de partida primordial para uma mudança complexa do enfrentamento das desigualdades no país. A renda e os serviços essenciais passaram a ser distribuídos na sociedade. Contudo, foi mantido a grande concentração de renda nas mãos de poucos (MAIA, 2017).

Maia (2017) também destaca que a desigualdade e a pobreza não são evitáveis, pois são explicadas pelas escolhas feitas injustamente pelos governantes. E que a redução da desigualdade é essencial para erradicar a pobreza no Mundo¹.

Com o objetivo de reduzir a pobreza, beneficiando indivíduos e fornecendo um suporte básico de renda, surgem os Programas de Transferência de Renda. Esses programas são tidos como apoio social em que o Estado transfere auxílio financeiro diretamente para os indivíduos ou famílias que se enquadram nos critérios estabelecidos pelos programas. Essas medidas têm como objetivo principal amenizar os impactos da pobreza e da vulnerabilidade das pessoas que mais necessitam (COUTO, 2021).

Os programas e mecanismos de garantia de renda mínima ganharam concretização no século XX e são uma parte essencial do Estado de Bem-Estar Social, que tem por finalidade fornecer renda de proteção social (RAMOS et al., 2015). Os autores ressaltam que de acordo

1 Em uma entrevista feita com o economista irlandês Marc Morgan Milá, publicada em 2017 pelo Jornal Folha de São Paulo, ele afirma que a natureza do Estado desempenha um papel significativo na determinação do nível de desigualdade, a forma que foi estruturado, como organiza e transfere recursos.

com estudos do IPEA de 2007, as transferências públicas de renda no Brasil são compostas pelas aposentadorias, pensões e programas sociais.

Silva (2015) argumenta que os programas de transferência de renda são efetivamente considerados uma das estratégias de Política Social mais relevantes no contexto do Sistema Brasileiro de Proteção Social. Tupy e Toyoshima (2013), afirmam que o crescimento das transferências de renda direta no Brasil como parte dos empenhos para a redução da pobreza e desigualdade, tem uma trajetória que se estende desde a promulgação da Constituição de 1988, com a introdução de programas como as Aposentadorias Rurais e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), até os dias atuais, como o caso do PBF. Ainda segundo Tupy e Toyoshima (2013), a redução da desigualdade social através de programas de transferência de renda direta pode ter um impacto significativo no crescimento econômico.

Criado em 2004, e atuando progressivamente desde então, o PBF é uma das mais significativas políticas sociais de transferência de renda no Brasil, desenvolvido para atender famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, cadastradas no Sistema do Cadastro Único (CadÚnico). O CadÚnico possibilita a seleção, o acompanhamento e a unificação das informações dos beneficiários, e gera dados que auxiliam na inclusão de programas sociais (AMARAL; CUNHA, 2021). Os autores também destacam que o Programa foi criado como uma junção de diversos programas sociais pré-existentes. O PBF unificou e ampliou os benefícios de programas como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Fome Zero.

Conforme publicado no site do Governo Federal, Lei nº 14.601/2023, lei que institui o PBF e altera a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para ter direito ao Programa, a principal regra é que a renda *per capita* da família seja de até R\$ 218 por mês. Isso significa que se a renda por pessoa da família está abaixo desse limite, a família tem direito a receber o benefício. Por exemplo, uma família em que o responsável pela renda ganha um salário mínimo (atualmente em R\$ 1.412) e tem sete pessoas em casa, a renda *per capita* é de R\$ 201,71. Então, essa família estaria contemplada para receber o benefício (BRASIL, 2023).

Silva (2023) aborda que a dependência em programas sociais muitas vezes está ligada à incapacidade de inserção da população no sistema de produção, pela venda da força de trabalho. E que no caso de Alagoas, o estado é considerado um grande importador de bens e

serviços, e com isso, grande parte da população está fora do mercado de trabalho e outra parte sem registro formal de emprego, com salários muito baixos.

Um período em relação ao aumento da desigualdade no Brasil que merece destaque foi em 2020, quando o Mundo passou por uma crise global que afetou todos os aspectos da sociedade. A pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (ou COVID-19), nitidamente é considerada uma das piores crises da era do capitalismo desde 1929. Segundo Couto (2022), em julho de 2020 o Brasil enfrentava uma situação grave. Naquele período, o país tinha ultrapassado a marca de 2 milhões de casos registrados da doença, com um número significativo de mortes. Na época, o país era considerado o segundo país do mundo em número de casos confirmados, segundo o jornal francês Le Monde, que utilizou informações do Ministério da Saúde do Brasil. Pode-se notar que teve um impacto significativo na economia brasileira, resultando num aumento na taxa de desemprego e na vulnerabilidade social.

No Brasil, foram implantadas medidas trabalhistas para a preservação do emprego e da renda e enfrentamento do estado de calamidade pública, com o intuito de garantir a continuidade das atividades empresariais. Assim, os trabalhadores formais foram contemplados pela Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020 que tinha como objetivo principal a preservação dos empregos e da renda dos trabalhadores durante o período de crise, reconhecendo o estado de calamidade pública. Em 06 de julho de 2020, essa medida provisória foi convertida na Lei nº 14.020/20.

Conforme o art. 2º da Lei nº 14.020/2020, fica estabelecido o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com os seguintes objetivos: I - preservar o emprego e a renda; II - garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e III - reduzir o impacto social decorrente das consequências do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública. Segundo o art. 3º, são medidas do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda: I - o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; II - a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; e III - a suspensão temporária do contrato de trabalho (BRASIL, 2020). Marquet (2020) destaca que essa medida provisória tem o intuito de proteger os trabalhadores, mantendo a renda. Desta forma, possibilitando a adoção de medidas que concedam diminuição dos gastos com a força de trabalho.

Em 2 de abril de 2020, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.982, que instituiu o Auxílio Emergencial. Esse programa foi uma das principais medidas adotadas pelo governo brasileiro para fornecer assistência financeira à população mais vulnerável durante a crise econômica causada pela pandemia do COVID-19. Contudo, mesmo com a implantação do auxílio, houve um aumento significativo da desigualdade de renda, devido a perda de renda da classe média.

Assim, pode-se afirmar que os Programas de Transferência de Renda são considerados como principal elemento na constituição do Sistema Brasileiro de Proteção Social. A redução da desigualdade de renda está relacionada, sobretudo, às condutas governamentais.

2.2 DESIGUALDADE EM ALAGOAS

Alagoas é historicamente conhecida como um dos principais produtores de cana-de-açúcar no Brasil. A dependência da monocultura da cana-de-açúcar, que remonta à sua origem e formação como Estado, é um fator significativo que influencia sua economia e desenvolvimento.

Na abordagem de Carvalho (2008), para compreender a situação atual de Alagoas é crucial analisar seus problemas estruturais. A combinação da pobreza com os frágeis indicadores sociais é a causa dos desafios enfrentados pela economia e pela sociedade do Estado. Também ressalta que a associação de baixa produção de riqueza e uma má distribuição de renda tem impactos significativos no sistema econômico, especialmente em relação ao mercado consumidor interno.

Estudos do IPEA e do IBGE, mostram que Alagoas é um dos Estados mais desiguais do Brasil. A pesquisa Radar Social do IPEA, revela que 62% da população é considerada pobre e mais da metade dos seus habitantes se beneficiam do PBF. O estudo do Instituto de Estudos e Trabalho Social (IETS), em 2003, com dados do IBGE de 2000, mostrou que no Estado existiam 1.850.00 pobres. Esses dados que evidenciam a desigualdade e as dificuldades enfrentadas por Alagoas, refletem a persistência de problemas históricos que têm raízes no período colonial, conforme já foi citado. E isso mostra que precisam ser enfrentados com políticas específicas (CARVALHO, 2008).

Segundo Teixeira (2020), as condições de pobreza mais graves em Alagoas são encontradas nas mesorregiões do Sertão e Agreste, devido à alta estagnação econômica, baixo desenvolvimento urbano e predominância de áreas rurais. Por outro lado, o Leste, especialmente com a presença da capital, tem uma situação relativamente melhor devido a uma economia mais diversificada e maior urbanização. Entre 2000 e 2010, todas as cidades alagoanas, com exceção da capital Maceió, apresentaram uma taxa de pobreza superior a 20%. Além disso, 51 dos 102 municípios alagoanos têm uma proporção de pessoas pobres superior à média do estado, que é de 45,9%.

Também aponta que ao abordar a desigualdade intrarregional em Alagoas, é fundamental considerar os fatores que contribuem para as disparidades entre localidades, mesmo quando estão próximas umas das outras. As políticas e iniciativas para promover o desenvolvimento econômico devem ser adaptadas às necessidades específicas de cada região, levando em conta seus desafios e potenciais.

Um levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) feito em 2019, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), mostrou que Alagoas tem a maior desigualdade de renda do país entre os trabalhadores de 15 a 59 anos de idade. De acordo com a pesquisa, o desemprego foi o principal responsável pela queda do poder de compra das famílias alagoanas.

Segundo outro estudo realizado pela FGV em fevereiro de 2023, a renda média dos alagoanos é consideravelmente menor do que a renda média dos moradores do Distrito Federal. Em termos de comparação, a renda média dos habitantes de Alagoas é cerca de seis vezes menor do que a dos moradores do Distrito Federal. Foram utilizados dados do poder de compra, patrimônio e renda. A pesquisa também destacou que em 2020, a renda média mensal da população brasileira era R\$ 1.310,00, já os alagoanos tinham uma renda média mensal de aproximadamente R\$ 552,00. E isso retrata não apenas as disparidades econômicas regionais, mas também os desafios sociais e econômicos enfrentados por estados como Alagoas.

Uma pesquisa do “Brasil em Mapas”, publicada em junho de 2023, divulgou os dez melhores e os dez piores Estados para se viver, utilizando dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e da PNAD, do IBGE. Esses são importantes indicadores que ajudam a entender a qualidade de vida e o desenvolvimento humano em diferentes regiões do país. No levantamento, Alagoas é citada como um dos piores estados, em termos

de qualidade de vida, devido a uma série de desafios socioeconômicos que a região enfrenta. Esse *ranking* é baseado nos diversos indicadores sociais, como educação, saúde, renda, emprego e outros fatores que impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas em cada localidade.

Nas primeiras posições em *rankings* de qualidade de vida, estão os Estados que passaram por um processo de industrialização. Isso ocorre devido a industrialização normalmente estar associada a um desenvolvimento maior, incluindo melhores infraestruturas, acessos a serviços de saúde e educação, e oportunidades de emprego. Já os locais com maior concentração de renda, onde poucos têm acesso à maior parte da riqueza, tendem a ter uma posição mais baixa nesses *rankings*. E a ausência de investimentos públicos e privados contribui significativamente para este cenário.

No entanto, dados recentes mostram um avanço. Conforme o IBGE (2024), que utilizou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para demonstrar o ganho real da renda, mostrou que de 2015 a 2023 Alagoas apresentou um considerável aumento na renda média de seus residentes, sendo o sétimo estado brasileiro com o maior crescimento econômico real, alcançando uma taxa de 23,13%. Segundo a secretária da Fazenda do Estado, Renata dos Santos, a diversificação da economia de Alagoas nos últimos anos se deu com a instalação de indústrias, polos logísticos e o crescimento do turismo. Com isso, resultados positivos que indicam um progresso significativo para o Estado.

Segundo o IBGE (2024), a proporção de habitações do país com algum beneficiário do programa passou de 16,9% em 2022 para 19,0% em 2023. Esse resultado mostra um indicador considerável nas transformações em relação a distribuição de riqueza dentro no país. Porém, como o IBGE afirma, a desigualdade segue acentuada, mesmo com a ampliação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa é a análise dos dados a partir de modelo econométrico, com dados Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, período marcado por mudanças significativas no contexto econômico, político e social do Brasil. Com isso, entender como a desigualdade evoluiu ao longo das décadas pode ajudar a formular políticas

mais eficazes, e compreender quais fatores socioeconômicos contribuíram para as variações observadas nesses períodos e como está atualmente. Sendo assim, é fundamental explorar suas causas, impactos e os determinantes que contribuem para esse cenário e as medidas adotadas para sua redução.

3.1 Fonte de Dados

Os dados utilizados nesta pesquisa constituem em informações dos Censos Demográficos nos anos 1991, 2000 e 2010, para os municípios alagoanos. As variáveis envolvidas no estudo são:

- Taxa de crianças vulneráveis à pobreza: refere-se à taxa de crianças vulneráveis à pobreza.
- Mortalidade infantil: refere-se à taxa de mortalidade infantil, para cada mil crianças nascidas vivas;
- Taxa de analfabetismo: refere-se à taxa de analfabetismo de 15 a 17 anos de idade;
- Renda: constitui da renda *per capita* mensal, que corresponde ao rendimento mensal total do domicílio, dividido pela quantidade de pessoas do domicílio;
- Índice de Gini: refere-se à um índice que mede o grau de concentração de renda no município. Este índice está entre o intervalo (0,1); quanto mais próximo de zero estiver o índice de Gini mais igual é a distribuição de renda. Por outro lado, quanto mais próximo estiver de um, mais desigual é a distribuição de renda.

3.2 Modelo econométrico

O modelo de regressão beta foi utilizado para modelar a influência das covariáveis na proporção de crianças vulneráveis à pobreza. Uma pergunta que fica é: Por que não utilizar o modelo clássico de regressão linear? Algumas razões são: (i) a variável dependente é uma

proporção, sendo assim, pertencendo ao intervalo (0,1). Desta maneira, nada garante que os valores previstos pelo modelo clássico de regressão linear estejam neste intervalo (0,1). Como de fato, foi o que ocorreu na presente pesquisa, ocorreram valores previstos fora do intervalo (0,1); (ii) dados pertencentes ao intervalo (0,1) são bastantes assimétricos, e uma vez que o modelo de regressão linear assume a distribuição normal, que é uma distribuição simétrica, os resultados pelo modelo de regressão linear podem ser distorcidos.

A função de densidade de probabilidade da distribuição beta, segundo a reparametrização de Ferrari e Cribari-Neto (2004), é dada por

$$f(y; \mu, \phi) = \frac{\Gamma(\phi)}{\Gamma(\mu\phi)\Gamma((1-\mu)\phi)} y^{\mu\phi-1} (1-y)^{(1-\mu)\phi-1},$$

em que $0 < y < 1$, $\Gamma(p) = \int x^{p-1} e^{-x} dx$ é a função gama. Se p for um número inteiro, tem-se $\Gamma(p) = (p-1)!$. Por exemplo, $\Gamma(4) = 3! = 6$. A média e variância de $Y \sim \text{beta}(\mu, \phi)$ são dadas por $E(Y) = \mu$ e $\text{var}(Y) = \frac{\mu(1-\mu)}{1+\phi}$, respectivamente. Note que, para μ mantido fixo, valores grandes de ϕ farão com que Y tenha uma menor variância. Assim, conforme aponta Ferrari e Cribari-Neto (2004), o termo ϕ é um parâmetro de precisão do modelo.

A estrutura do modelo de regressão beta busca modelar a média da distribuição μ a partir das covariáveis (variáveis exógenas), com o auxílio de uma a função de ligação, que pode ser logit, probit etc. Sob a função de ligação logit, o modelo de regressão beta fica dado por

$$\ln\left(\frac{\mu_i}{1-\mu_i}\right) = \beta_1 + \beta_2 x_{2i} + \dots + \beta_k x_{ki} = \eta_i,$$

em que μ_i é a média, $\ln(\mu_i/(1-\mu_i))$ é a função de ligação logit, $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k$ são os parâmetros desconhecidos, $x_{2i}, x_{3i}, \dots, x_{ki}$ são as covariáveis e η_i é o preditor linear.

Para o presente trabalho, tem-se a seguinte estrutura: A variável dependente é a taxa de crianças vulneráveis à pobreza (VULNER), que é modelada a partir das seguintes variáveis exógenas: Mortalidade Infantil (MI), taxa de analfabetismo (ANALF), renda *per capita* (RENDA), índice de Gini (GINI) e variáveis *dummies*, para captar o efeito do tempo na taxa média de mortalidade. O modelo a ser estimado busca modelar a média de VULNER, através da função de ligação logit, sendo o modelo dado por

$$\ln\left(\frac{\mu_i}{1-\mu_i}\right) = \beta_0 + \beta_1 MI_i + \beta_2 ANALFA_i + \beta_3 RENDA_i + \beta_4 GINI_i + \beta_8 D2000_i + \beta_9 D2010_i = \eta_i, \quad (1)$$

em que o índice i representa o i -ésimo município alagoano, μ_i é a média de $VULNER_i$ e os β 's são os parâmetros desconhecidos a serem estimados. As variáveis $D2000$ e $D2010$ são variáveis *dummies* referentes aos Censos de 2000 e 2010, respectivamente. Estas variáveis *dummies* foram incorporadas no modelo a fim de verificar se existem diferenças significativas entre os diferentes anos do Censo. Note que, no modelo aparecem apenas as *dummies* para os anos de 2000 e 2010, isto é, a *dummy* de 1991 foi omitida. Isso acontece pelo fato de se ter três categorias de anos (1991, 2000 e 2010). Então, como o modelo possui intercepto, uma variável *dummy* deve ser omitida, para evitar a armadilha da multicolinearidade perfeita na matriz de regressores. Uma vez que o ano de 1991 foi omitido nas *dummies*, os coeficientes das demais *dummies* representam a diferença entre os respectivos anos, com o ano de 1991.

Com relação aos sinais esperados das variáveis explicativas, espera-se que as variáveis a taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo e o índice de Gini tenham relação direta com a taxa de vulnerabilidade social. Por outro lado, é esperado que a renda per capita tenha uma relação negativa com a taxa de vulnerabilidade social.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Tabelas 1, 2 e 3 apresentam as estatísticas descritivas dos Censos Demográficos nos anos 1991, 2000 e 2010 respectivamente. Como se pode ver na Tabela 1, a taxa de crianças vulneráveis à pobreza oscila entre 66,31% e 99,25%, com média 94,92% e mediana 96,12%. A taxa de mortalidade infantil tem valor mínimo de 49,51 e máximo de 113,60. Isso mostra que para cada mil nascidos vivos, taxa de mortalidade infantil oscila entre cerca de 50 e 114 mortes. A média e mediana desta variável são de 78,95 e 79,88%, respectivamente, sendo bastantes próximas. Com relação a taxa de analfabetismo, esta apresenta média de 43,13%. A variável renda possui média e mediana de R\$ 119,47 e R\$ 109,12, respectivamente. Já o índice de Gini possui média 0,49.

Olhando individualmente para a heterogeneidade das variáveis, a renda e a taxa de mortalidade infantil são as mais heterogêneas, uma vez que seus desvios-padrão são os mais

altos, sendo 48,20 e 13,00, respectivamente. O coeficiente de variação (CV) é igual ao desvio-padrão dividido pela média, sendo então uma medida que representa o desvio relativo com relação à média. Assim, para comparar variáveis com médias diferentes, esta medida é utilizada. Pelo coeficiente de variação, as variáveis que apresentam maiores desvios relativos com relação às suas médias são a renda e a taxa de analfabetismo, possuindo coeficiente de variação de 40,35% e 21,52%, respectivamente.

Tabela 1: Estatísticas descritivas – Censo 1991.

Descrição	Mínimo	Mediana	Média	Máximo	Desvio-padrão	CV (%)
Crianças Vulneráveis	66,3100	96,1200	94,9200	99,2500	4,4615	4,7003
Mortalidade infantil	49,5100	79,8850	78,9595	113,6000	13,0028	16,4677
Analfabetismo	16,9000	42,9250	43,1367	62,9100	9,2812	21,5157
Renda	56,8700	109,1250	119,4720	455,2600	48,2089	40,3516
Gini	0,3600	0,4900	0,4941	0,6600	0,0651	13,1749

Pode-se observar na Tabela 2, que a taxa de crianças vulneráveis à pobreza varia entre 67,60% e 98,98%, valores próximos com esta mesma variável da Tabela 1. A média e a mediana, apresentam 92,42% e 93,73% respectivamente. Em relação à mortalidade infantil, os valores são bem menores, se comparados com a tabela anterior. O valor mínimo apresenta 30,50% e o valor máximo, 76,84%. Isso indica que, para cada mil nascidos vivos, a taxa de mortalidade infantil varia entre cerca de 30 e 77 mortes. Já a média é 49,32% e a mediana 49,48%, sendo muito próximas.

No que se refere à taxa de analfabetismo, esta oscilou entre 8,88% e 34,29%, apresentando uma média de 21,81%. Com relação à renda, podemos observar que esta possui valores entre R\$ 69,20 e R\$ 583,12, obtendo uma média de cerca de R\$ 154,00.

Analisando a heterogeneidade das variáveis, a renda e a taxa de mortalidade infantil são as mais heterogêneas, uma vez que apresentam os desvios-padrão mais altos, sendo a renda com 61,66 e a taxa de mortalidade infantil com 8,98. Observando o CV, as variáveis que mostram maiores desvios relativos com relação às suas médias, são a renda e a taxa de analfabetismo, possuindo coeficientes de variação de 48,04% e 26,38%, respectivamente.

Tabela 2: Estatísticas descritivas – Censo 2000.

Descrição	Mínimo	Mediana	Média	Máximo	Desvio-padrão	CV (%)
Crianças Vulneráveis	67,6000	93,7350	92,4217	98,9800	4,7860	5,1784
Mortalidade infantil	30,5000	49,4800	49,3230	76,8400	8,9834	18,2134
Analfabetismo	8,8800	22,0600	21,8152	34,2900	5,7562	26,3861
Renda	69,2000	139,8400	153,9918	583,1200	61,6683	40,0465
Gini	0,4100	0,5750	0,5825	0,8200	0,0709	12,1636

Por fim, na Tabela 3 como pode-se observar, a taxa de crianças vulneráveis apresenta valor mínimo 57,31% e máximo 95,09%. A média é de 84,81% e a mediana é 86,09%, valores considerados próximos. A mortalidade infantil possui mínimo 21,70 e máximo 46,80 isto indica que para cada mil nascidos vivos, a taxa de mortalidade infantil varia entre cerca de 22 e 47 mortes, valores menores comparados com as tabelas anteriores, assim como a média e a mediana, 31,89% e 30,90%, respectivamente.

Verificando o analfabetismo, temos o mínimo 2,77% e máximo 16,90%, obtendo valores muito próximos para a média e a mediana, que são 7,50% e 7,45%, respectivamente. Em relação a renda, nota-se que o valor mínimo apresentado é R\$ 151,62 e o valor máximo é R\$ 792,54, valores maiores comparados com as tabelas anteriores.

Observando a heterogeneidade, as variáveis renda e a taxa de mortalidade infantil continuam sendo as mais heterogêneas, pois apresentam os desvios-padrão mais altos, sendo a renda com desvio-padrão de 78,73 e a mortalidade infantil com desvio-padrão de 6,56. Na análise do CV, as variáveis que apresentam maiores desvios relativos com relação às suas médias são a renda, tendo o coeficiente de variação de 31,34% e a taxa de analfabetismo com coeficiente de variação de 30,01%.

Tabela 3: Estatísticas descritivas – Censo 2010.

Descrição	Mínimo	Mediana	Média	Máximo	Desvio-padrão	CV (%)
Vulneráveis	57,3100	86,0950	84,8122	95,0900	6,1469	7,2477

Mortalidade infantil	21,7000	30,9000	31,8963	46,8000	6,5600	20,5667
Analfabetismo	2,7700	7,4550	7,5095	16,9000	2,2541	30,0160
Renda	151,6200	233,4400	251,2155	792,5400	78,7355	31,3418
Gini	0,4200	0,5300	0,5344	0,6700	0,0503	9,4167

O modelo de regressão beta, com estrutura de acordo com Equação (1), foi estimado pelo método de máxima verossimilhança, utilizando o software R (R CORE TEAM, 2022), com o auxílio pacote adicional betareg (CRIBARI-NETO; ZEILEIS, 2010). Os resultados das estimativas do modelo estão descritos na Tabela 4. Como se pode ver, todas as estimativas dos parâmetros são estatisticamente significativas, pois os seus p-valores são maiores do que 0,10. Na verdade, exceto a estimativa referente ao Gini, que é significativa ao nível de 10%, todas as variáveis possuem significância mesmo ao nível de significância de 5%.

As estimativas dos coeficientes das variáveis mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, taxa de urbanização e índice de Gini apresentaram sinais esperados. O sinal positivo das estimativas destas variáveis indica que se houver aumento nessas variáveis, a taxa média de crianças vulneráveis à pobreza se eleva. A estimativa do coeficiente da variável renda também apresentou sinal esperado, pois espera-se que à medida que a renda *per capita* mensal se eleve, as condições financeiras familiares tenham uma melhora.

Com relação às variáveis *dummies*, o valor positivo para a dummy2000, indica que quando comparado com o ano de 1991, a taxa média de crianças vulneráveis à pobreza é maior. Assim, pode-se dizer que houve uma piora entre os Censos de 1991 e 2000, na taxa média de crianças vulneráveis à pobreza. Por sua vez, a estimativa da dummy2010 foi negativa e altamente significativa estatisticamente. Isso mostra que a taxa média de crianças vulneráveis à pobreza no Censo de 2010 é menor do que a do Censo de 1991, mostrando assim, que houve uma melhoria neste indicador, quando comparado o Censo de 2010 com o Censo de 1991.

Como se ver ainda na Tabela 4, o valor da log-verossimilhança foi de 716,62, indicando que este foi o valor máximo que decretou as estimativas do modelo. O coeficiente de determinação que mostra o ajuste do modelo é o famoso R². No presente modelo, que é um modelo não-linear, o R² convencional não é válido. Contudo, tem-se uma medida similar para o coeficiente de determinação, que é o pseudo-R², cuja interpretação é análoga ao R²

convencional. No presente modelo, o valor do pseudo-R² foi de 0,7883, indicando que 78,83% da variação das taxas médias de crianças vulneráveis à pobreza são explicadas pelo modelo estimado.

Tabela 4: Estimativas do modelo completo.

Variável	Parâmetros	Estimativas	Erros-padrão	z-valor	p-valor
Intercepto	β_0	1,89088	0,22661	8,34403	0,00000
Mortalidade Infantil	β_1	0,00716	0,00234	3,05699	0,00224
Analfabetismo	β_2	2,90901	0,37342	7,79029	0,00000
Renda	β_3	-0,00432	0,00025	-17,27735	0,00000
Gini	β_4	0,63144	0,32655	1,93365	0,05316
Dummy2000	β_5	0,16808	0,06654	2,52590	0,01154
Dummy2010	β_6	-0,45866	0,10054	-4,56209	0,00001
Dispersão	ϕ	113,96330	9,26453	12,30103	0,00000
Log-verossimilhança	716,6216	-	-	-	-
Pseudo-R ²	0,7883	-	-	-	-

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações apresentadas, pode-se concluir que apesar dos avanços em diversos aspectos, com as iniciativas governamentais, como os programas de transferência de renda, projetos sociais e investimento direcionado em áreas estratégicas, como educação, saúde e emprego, a desigualdade de renda em Alagoas é uma realidade persistente e complexa. Seus efeitos vão além do poder aquisitivo dos indivíduos e impactam na expectativa de vida de sua população.

O estudo constatou várias razões que contribuem para este cenário de desigualdade, como os fatores históricos, sociais e econômicos. A desigualdade é altamente influenciada pela concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população. A falta de acesso a uma educação de qualidade, o desemprego, diferenças regionais, péssima infraestrutura e a

falta de políticas públicas eficazes justificam as condições desafiadoras enfrentadas pela grande parte dos habitantes alagoanos, especialmente nas regiões mais periféricas e menos desenvolvidas, onde podemos observar altos índices de pobreza, exclusão social e baixa qualidade de vida, dificultando no acesso aos direitos básicos. Esses elementos relacionados mostram que a desigualdade é um problema que necessita de estratégias para ajudar a reduzir, como a geração de emprego e a inclusão social.

O período investigado é marcado por mudanças significativas no cenário econômico, político e social do Brasil. Ao analisar os dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010, pode-se notar uma evolução, a qual pode ser explicada pela expansão do mercado de trabalho e a implementação das políticas sociais voltadas para a redução da pobreza. Entretanto, mesmo com a adoção dessas e outras medidas e a renda média ter apresentado crescimento ao longo dos censos, a desigualdade de renda seguiu sendo um problema contínuo.

Sendo assim, esses resultados revelam a necessidade de métodos adequados para enfrentar esses desafios. Para isso, é essencial adotar políticas públicas que tratem desses problemas de forma ampla, considerando suas dimensões. A tomada de decisões deve ser baseada em planejamento, é preciso realizar investimentos estratégicos nas áreas que mais necessitam, com o objetivo de oferecer condições dignas de sobrevivência, com menos injustiças. Medidas governamentais como o PBF e outros programas de transferência de renda têm apresentado um papel fundamental na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da população, desta forma, precisam ser priorizados.

Portanto, a pesquisa proporciona a compreensão das situações que sustentam a desigualdade de renda. O estudo oferece análises de dados históricos e atuais, que ajudam a entender como este problema evoluiu ao longo dos anos, os fatores que contribuíram e suas consequências para o desenvolvimento social e econômico, destacando a necessidade de ações mais direcionadas e eficazes. Espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam de base para a tomada de decisões estratégicas e bem fundamentadas, as quais exigem um compromisso contínuo e colaborativo entre o governo e a sociedade, visando sempre garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços essenciais para uma vida digna.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Tamara. Renda média do alagoano é seis vezes menor que a de moradores do DF. O Jornal Extra. 11 de março de 2023. Disponível em: <https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2023/03/88159-renda-media-do-alagoano-e-seis-vezes-menor-que-a-de-moradores-do-df>. Acesso em: 09 de abril de 2024.

AMARAL, Presley; CUNHA, Marina. O papel de programas sociais no combate à pobreza e à desigualdade na distribuição de renda no Brasil. R. bras. Planej. Desenv., Curitiba, v. 10, n. 03, p. 365-397, set./dez. 2021.

BARROS, Emanuel. A realidade de Alagoas por trás dos números. Maceió, 2013. Últimas notícias. Disponível em: <https://averdade.org.br/2013/09/realidade-alagoas-tras-numeros>. Acesso em: 11 de abril de 2024.

BARROS, Flavio. As razões de Alagoas liderar o ranking das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. TNH1, 2023. Disponível em: <https://blog.tnh1.com.br/contextualizando/2023/06/29/as-razoes-de-alagoas-liderar-o-ranking-das-desigualdades-sociais-e-de-economicas-no-brasil>. Acesso em: 09 de abril de 2024.

BARROS, Ricardo Paes. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2000, v. 15, n. 42, pp. 123-142 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 de março de 2024.

BARROS, Ricardo Paes. MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais. 1997. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0454.pdf. Acesso em: 19 de março de 2024.

BRASIL. LEI Nº 14.601, DE 19 DE JUNHO DE 2023. Institui o Programa Bolsa Família. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm. Acesso em: 22 de março de 2024.

CARVALHO, Cicero Péricles de. Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas. 3 ed. Maceió: Edufal, 2008

CASTRO, Rafael Santos. Efeitos da Desigualdade de Renda Sobre o Crescimento Econômico no Brasil: Uma Análise Não-Linear. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Constituição Federal. 1988.

COUTO, Kathiely Rodrigues. Dos programas de transferência de renda condicionada aos universais: uma análise das propostas para o Brasil pós auxílio emergencial. 58 f. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Santana do Livramento: Unipampa, 2021.

Covid-19: Brasil supera Rússia e já é 2º país do mundo em número de casos. Rádio França Internacional. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/geral/20200523-covid-19-brasil-supera-r%C3%BAssia-e-j%C3%A1-%C3%A9-2%C2%BA-pa%C3%ADs-do-mundo-em-n%C3%BAmero-de-casos>. Acesso em: 18 de março de 2024.

Crescimento econômico coloca Alagoas em destaque nacional. Em tempo notícias. Maceió, 2024. Economia. Disponível em: <https://emtemponoticias.com/economia/2024/03/02/1318-crescimento-economico-coloca-alagoas-em-destaque-nacional>. Acesso em: 11 de abril de 2024.

CRIBARI-NETO, F.; ZEILEIS, A. Beta regression in R. **Journal of Statistical Software**, v. 34, p. 1-24, 2010.

CUSTÓDIO, F. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 2004 A 2014. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2017.

Desigualdade de renda em Alagoas é a maior do Brasil, revela levantamento da FGV. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/vc910.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2024.

Desigualdade no Brasil é escolha política', diz economista. Instituto Humanitas Unisinos, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/572005-desigualdade-no-brasil-e-escolha-politica-diz-economista>. Acesso em 03 de abril de 2024.

Em 2023, massa de rendimentos e rendimento domiciliar per capita atingem recorde. Agência IBGE, 2024. Economia. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39809-em-2023-massa-de-rendimentos-e-rendimento-domiciliar-per-capita-atingem-recorde#:~:text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20domic%C3%ADlios%20do,2019%20eram%2014%2C3%25>. Acesso em 30 de abril de 2024.

FERRARI, S.; CRIBARI-NETO, F. Beta regression for modelling rates and proportions. **Journal of Applied Statistics**, v. 31, n. 7, p. 799-815, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda no Brasil em 2017: Uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. *Economia & Região, Londrina (Pr)*, v.7, n.2, p.5-28, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337809548_Distribuicao_da_renda_no_Brasil_em_2017. Acesso em: 31 de março de 2024

IPEA. Sobre a Recente Queda da Desigualdade De Renda no Brasil. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5777/1/NT_n01_Sobre-recente-queda-desigualdade-renda_Disoc_2006-ago.pdf. Acesso em: 19 de março de 2024.

Machado, F. L. (2015). Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas. *Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais*. 9, 297-318.

MAIA, Katia. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil. Publicado em: 25 set. 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acesso em: 06 de março de 2024

MARQUET, Erika. Programa emergencial de manutenção do emprego e da renda: alguns impactos da pandemia da COVID-19 nas relações de trabalho no Brasil. 2020. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé, Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16612>. Acesso em: 27 de março de 2024

MEDEIROS, M. Medidas de Desigualdade e Pobreza. Disponível em: <https://econpolrg.com/wpcontent/uploads/2013/05/medeiros_2012_medidas_de_desigualdad_e_e_pobreza.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2024.

MEDEIROS, Marcelo; Souza, Pedro H. G. F; Castro, Fabio Ávila. A Estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do Imposto de Renda e Pesquisas Domiciliares, [S.l] 2014.

PIKETTY, Thomas. O Capital no Século XXI. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/PIKETTY/O%20Capital%20no%20Seculo%20XXI%20-%20Thomas%20Piketty.pdf>. Acesso em: 01 de março de 2024.

RAMOS, Suellen et al. Políticas públicas e programas de transferências de renda no Brasil: uma análise dos impactos em famílias pobres rurais na Amazônia. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, [S. l.], v. 1, n. 1, 2015. DOI: 10.18829/rp3.v1i1.15902. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14575>. Acesso em: 4 abr. 2024.

R Core Team. R: A Language and Environment for Statistical Computing. Vienna, Austria, 2022. Disponível em: <<https://R-project.org/>>

SALGADO, J.A. Desigualdade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 49-68.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre O Autoritarismo Brasileiro. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2019. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Sobre_o_autoritarismo_brasileiro.pdf. Acesso em: 16 de março de 2024.

Silva, A. G. F., e Mota, L. de A., Dornelas, C. S. M., & de Lacerda, A. V. (2017). A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. *Revista Debates*, 11(1), 25–42. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.72132>. Acesso em: 20 de março de 2024.

SILVA, Luciana Caetano da. Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho em Alagoas: Uma análise à luz das desigualdades territoriais. RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, Campinas, SP, v. 5, n. 00, p. e023011, 2023. DOI: 10.20396/rbest.v5i00.17478. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/17478>. Acesso em: 11 abril de 2024.

SILVA, M. O. da S. e. OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E A POBREZA NO BRASIL: superação ou regulação? **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 9, n. 1, p. 251–278, 2015. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3778>. Acesso em: 04 de abril 2024.

SILVA, Patrick de Oliveira. Vulnerabilidade socioeconômica e desigualdades no município de Santana do Ipanema - Alagoas uma discussão preliminar. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2020.

Siqueira, N.S., De Sousa Junior, M.G., 2023. FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DE JOHN

RAWLS E THOMAS PIKETTY. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8347175>. Acesso em: 16 de março de 2024.

TEIXEIRA, K. H. (2020). Uma análise espacial da pobreza no Estado de Alagoas. *Redes*, 25, 2668-2692. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15196>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

TORRES, L. V. P. .; LIMA, J. R. T.; BREDAS, R. de L. Pandemia e desigualdade social: Centro de Referência da Assistência Social e o enfrentamento à Covid19 em Arapiraca/Alagoas. *P2P E INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 1, p. 161–183, 2020. DOI: 10.21721/p2p.2020v7n1.p161-183. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5430>. Acesso em: 08 de março de 2024.

TUPY, Igor Santos; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Impactos dos programas governamentais de transferência de renda sobre a economia do Vale do Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 671–692, 2016. DOI: 10.61673/ren.2013.83. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/83>. Acesso em: 29 de março de 2024.